

ATA DA 7.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

7 de outubro de 2014

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e catorze, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de três de outubro. _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Ponto dois - Lançamento do ano letivo 2014/15 - Ponto da situação. _____

Ponto três - Assuntos diversos. _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre Canadas, Anabela Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Percheiro, Fátima do Céu Carola Moreira, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, Joaquim Tomaz, José António Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Octávio Soares Mesquita, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira, Renato de Jesus Madeira Alves, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro e Telmo Soares, num total de vinte e quatro. Estiveram ausentes os conselheiros Manuel Figueira Castilho Esperança e José Alfredo Rodrigues Mendes. _____

Antes de dar início à ordem de trabalhos, o Presidente deu conhecimento ao Plenário de que o conselheiro João Belém havia renunciado ao mandato no Conselho das Escolas e que, de imediato, havia diligenciado no sentido da sua substituição. Assim sendo, o Conselheiro João Belém foi substituído pelo colega Renato de Jesus Madeira Alves, do Agrupamento de Escolas de Manteigas, que figurava como segundo da lista do Quadro de Zona Pedagógica Cinco, o qual toma posse na presente reunião. A seu tempo, tal substituição será publicada em sede do Diário da República. _____

De seguida, deu início aos trabalhos. _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

A ata da reunião foi previamente distribuída a todos os elementos do Conselho e, não sendo apresentada qualquer proposta de correção ou alteração, foi posta à votação, tendo sido aprovada com dezassete votos a favor e seis abstenções dos conselheiros Alexandre Canadas, Carlos Percheiro, Fernando Elias, Telmo Soares, Margarida Fonseca e Renato Madeira Alves por não terem estado presentes na reunião. _____

Ponto dois - Lançamento do ano letivo 2014/15 - Ponto da situação _____

O Presidente começou por contextualizar e justificar a oportunidade e alcance da presente reunião. _____

De seguida, abriu a discussão de uma proposta de tomada de posição / declaração sobre este assunto, já consensualizada entre os membros da Comissão Permanente.

A conselheira Anabela Grácio considerou que o documento reflete em geral as questões essenciais vividas na escola. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu que se revê no documento que vem na linha dos anteriores documentos, quer no estilo, quer na forma. O documento é oportuno, objetivo e claro. Revela qualidade e coerência. Aborda as questões centrais sentidas pelas escolas, diretores, pais e alunos. _____

Considerou ainda que se as Associações Profissionais dos Diretores estiveram bem na análise pública das situações vividas pelas escolas, o Conselho das Escolas esteve ainda muito melhor, pois fez a gestão do tempo adequado para a apresentação pública da sua posição, sabendo perceber o evoluir da situação e coligindo os elementos de análise e as evidências essenciais. Reconheceu também a qualidade, eficácia, coerência e sensatez das intervenções/ações do atual Conselho das Escolas, bem como o sentido e alcance das suas recomendações e pareceres, o que ressalta uma vez mais no presente documento. _____

Disse ainda rezear que estes acontecimentos tenham uma intenção “oculta” - afetar, denegrir a imagem da escola pública. Por outro lado, não compreende como é que os responsáveis pela Administração Educativa que deviam conhecer bem o terreno, atuam desta forma tão contrária à exigência, eficácia e qualidade do sistema educativo, das escolas públicas, dos alunos e pais e dos docentes. _____

O conselheiro José Mesquita começou por reconhecer que o Conselho das Escolas é um órgão consultivo do Ministério da Educação e Ciência. No entanto, considera que o Conselho das Escolas não fez bem o seu papel porque o Presidente devia ter reunido a Comissão Permanente para analisar as situações que já se previam poderiam vir a acontecer no decurso dos meses de julho/agosto. Adiantou ainda que é certo que ninguém consegue prever o futuro, mas havia alguns indicadores que podiam ter permitido ter-se agendado uma reunião bem mais cedo do que a data de hoje. Considera ainda que o documento está muito bem elaborado e reflete as situações reais que aconteceram nas escolas. _____

O conselheiro António Castel-Branco evidenciou a qualidade do documento e deu os parabéns ao Presidente. Defendeu que para melhor clarificação e completamento do documento, seria importante introduzir na página três entre o atual ponto quatro e o ponto cinco, dois novos pontos intercalares que registassem outras duas situações também ocorridas. Na página sete - destacamento estatutário - também referenciou que considera ser útil aditar uma referência ao facto de a administração não comunicar formalmente às Escolas as situações de mobilidade. Neste sentido, irá apresentar à mesa uma proposta de alteração com estes aspetos específicos. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz referiu que, na generalidade, o documento está bem elaborado. Relatou ainda a situação do seu Agrupamento, onde foram colocados docentes sem necessidade. _____

A conselheira Júlia Gradeço centrou a sua intervenção em torno de duas situações que a preocupam. Uma prende-se com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência, pois receia que em relação aos sérios erros feitos pela Direção-Geral da Administração



Escolar, os mesmos sejam analisados nas escolas pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência com tolerância zero. É seu entendimento que o Conselho das Escolas deveria antecipar esta situação. A outra situação relaciona-se com a concorrência das escolas públicas e privadas na sua região, sendo que com todas estas situações e o caos gerado pelas mesmas, quem perde é a Escola Pública, pelo que considera ser importante fazer-se alguma coisa. _____

O conselheiro António Ventura manifestou a sua concordância com o teor do documento, tanto mais que integra a Comissão Permanente. De seguida, suscitou uma questão relacionada com as Atividades de Enriquecimento Curricular. Parece haver um erro na ordenação dos candidatos, sendo que tal situação lhe foi confirmada pelos serviços da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares na sequência de um pedido de esclarecimento que apresentou. _____

Relativamente à oportunidade desta reunião, considerando que este órgão é consultivo, logo o seu campo de ação deve estar em consonância com a sua função e não extrapolar esta, a mesma revela-se à data oportuna. _____

A conselheira Celeste Sousa referiu que se o Conselho das Escolas tivesse que analisar em julho/agosto as situações que vieram a correr mal por parte da Direção-Geral da Administração Escolar/Ministério da Educação e Ciência e que hoje são do domínio público, não teria feito sentido, não era oportuno. Agora, sim, é demais. Já ninguém aguenta o estado em que as escolas se encontram com tais situações que hoje estamos a analisar em sede do plenário. _____

O conselheiro Telmo Soares referenciou o problema das assistentes operacionais. As três escolas que representa vivem atualmente este problema com maior acuidade do que alguns dos outros problemas já aqui referidos. Parece que as escolas não estão a dar-lhe a importância devida, mas a curto prazo vai passar a ser um problema complexo, sério e de difícil solução. Fica o alerta. Também para os alunos com necessidades educativas especiais não há assistentes operacionais colocados para o seu acompanhamento nem professores especializados colocados. No Algarve, são estes os principais problemas sentidos. _____

O conselheiro José António Sousa considerou que o documento está bem elaborado, adiantando que é importante a referência na introdução do documento ao pessoal não docente. Disse ainda que a administração parecia ter conhecimento de que as coisas iriam correr assim, mas nada fez para obviar a isso. Não foram as escolas que indicaram os subcritérios para seleção dos candidatos. As escolas tiveram que se cingir ao que a Direção-Geral da Administração Escolar entendeu definir. As plataformas da Bolsa de Contratação de Escola e da Reserva de Recrutamento deviam comunicar entre si, cruzar os dados, resultando daí maior eficácia, mas tal não aconteceu. As escolas/diretores não conseguem falar com a Direção-Geral da Administração Escolar, o que é sinal de uma menor consideração desta por aqueles.

O conselheiro Fernando Almeida apresentou a situação vivida em Bragança. Nos três agrupamentos, um deles, recebeu uma lista com oitenta e cinco professores na situação de mobilidade por doença, o outro, recebeu cerca de quarenta professores e o terceiro agrupamento, recebeu ainda mais professores. Ora, professores a mais, criam um problema de difícil gestão dos recursos humanos. Referenciou ainda que a rede escolar é, segundo a sua perceção, a raiz dos problemas que hoje estamos a



falar. Em pleno mês de agosto, havia ainda turmas por aprovar e este facto está também na origem de alguns dos problemas que se sentem hoje. _____

O Presidente tomou a palavra para tecer alguns considerandos a propósito das intervenções anteriores, referindo que a Direção-Geral da Administração Escolar tem sido demasiado autista aos alertas e às preocupações das Escolas e, este ano, com a criação das bolsas de contratação deveria ter havido um diálogo mais intenso com as escolas. Por outro lado, considera que o senhor Ministro da Educação e Ciência tem estado demasiado focado no erro da fórmula para cálculo da graduação dos candidatos. Este não é o único erro nem a única causa para os vários erros detetados nos vários concursos a decorrer. _____

No que toca à questão suscitada sobre o papel da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, entende que todos os problemas que têm envolvido a requisição e a colocação de pessoal docente nas Escolas deverão ser tidos em conta nas ações inspetivas, não devendo, de qualquer forma, o Conselho atuar por antecipação. Quanto ao papel do Presidente na marcação desta reunião, à sua eventual antecipação e / ou à reunião da comissão permanente, considerou que em julho e em agosto não era possível antever-se qualquer dos problemas que têm sido apontados à colocação de professores. O único problema que se poderia antever com alguma certeza era o atraso na colocação dos professores relativamente aos anos anteriores, uma vez que se tinham ultrapassado os prazos normalmente utilizados nas várias operações de recolha e validação e dados para os concursos. Está ciente do seu papel e compreende que haja conselheiros que tenham opinião diversa sobre o momento em que deveria ser marcada esta reunião ou outras. É uma das situações em que se aplica o velho ditado “preso por ter cão, preso por não ter”. De qualquer forma, achou que um assunto desta importância deveria ser objeto da atenção do Plenário e não da Comissão Permanente. Depois de vários contactos com os vice-presidentes e outros conselheiros, entendeu que seria precipitado marcar a reunião antes do Sr. Ministro da Educação e Ciência apresentar a solução para o erro declarado; assim como seria extemporâneo e prejudicial à imagem do Conselho se marcasse a reunião para mais tarde. _____

O conselheiro Carlos Percheiro destacou que apesar de haver algum grau de previsibilidade que as coisas iam derrapar, nada indicava que teríamos os problemas que hoje vivemos, pelo que não faria sentido agendar-se uma reunião mais cedo. O documento em análise é oportuno, objetivo e claro, sem grandes juízos de valor. No que concerne à falta de pessoal não docente nas escolas, considera ser uma questão importante. Reconhece ainda legitimidade na intervenção da conselheira Júlia Gradeço relativamente ao que a Inspeção-Geral da Educação e Ciência possa vir a fazer nas escolas. _____

Apesar de não considerar ser assunto para se tratar agora subscreve o que a mesma conselheira disse sobre o ensino público e ensino privado. Não podemos descurar estas situações. Considera ainda que as situações elencadas no documento são uma machadada na escola pública. Por último, renovou os parabéns pela qualidade do documento em discussão. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente considerou discutido o documento em análise e propôs que se fizesse um intervalo e se suspendessem os trabalhos durante quinze minutos, a fim de os conselheiros redigirem, querendo,



eventuais propostas de alteração ao documento, a submeter a votação mal se reiniciassem os trabalhos.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente colocou à consideração do Plenário que título deveria ser dado ao documento - se “Tomada de posição”, se “Declaração”. Procedeu-se, então, à votação. O título “Tomada de posição” foi escolhido por maioria, tendo obtido vinte e um votos a favor. Os conselheiros Joaquim Tomaz, José Mesquita e Fernando Almeida manifestaram-se a favor do título “Declaração”.

De seguida, foram colocadas à votação as três alterações à versão inicial do documento apresentadas pelo conselheiro António Castel Branco, sendo que todas elas foram aprovadas por unanimidade. Assim, foram introduzidos dois novos pontos (pontos 5 e 6) ao documento inicial, com o seguinte teor:

“5. No final da tarde do dia 13 de agosto, p.p., a DGAE comunicou às Escolas que tinham um dia útil para indicar os docentes com ausência de componente letiva, bem como os docentes contratados que reuniam condições para a renovação do contrato.

6. A plataforma para identificação das necessidades temporárias apresentava erros e suscitava dúvidas na sua aplicação, nunca esclarecidas em tempo útil pela DGAE”.

Foi também introduzido o seguinte parágrafo ao capítulo do “Destacamento estatutário”: *“Por outro lado, o Conselho não vê razão para que o procedimento administrativo que leva à autorização da mobilidade estatutária não se encerre sempre com comunicação formal às escolas/instituições envolvidas”.*

Por último, ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente submeteu à votação final global o documento, tendo sido aprovado por maioria a “TOMADA DE POSIÇÃO - LANÇAMENTO DO ANO LETIVO - 2014/15”, com vinte e três votos a favor e o voto contra do conselheiro José Mesquita, o qual apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Conselho das Escolas é, nos termos da lei, um órgão consultivo do Ministério da Educação.

A ele compete ser ouvido sobre alguns temas respeitantes à educação e também apresentar à tutela recomendações que entenda relevantes sobre a mesma temática. Recordo, também, que a criação da Comissão Permanente criada neste Conselho tinha e tem, também como fundamento, a agilização dos procedimentos para que as preocupações dos diretores das escolas possam, em tempo útil, chegar à tutela. ___

Sem qualquer pretensão visionária de antecipação dos problemas, todos nós sentimos, já em julho/agosto, que dificilmente o ano letivo iria arrançar com normalidade, sobretudo depois de nos apercebermos que estavam a ser queimados todos os timings relativamente às diferentes etapas que constituem o arranque do ano letivo.

Considerando todas as consequências já inventariadas e as possíveis ainda de prever sobre o arranque do ano, parece-me, Sr. Presidente, que este Conselho nada fez para evitar o panorama presente.

É meu entendimento, que este órgão não cumpriu a tarefa fundamental da sua existência ao não reunir a Comissão Permanente e levar, como era sua obrigação, em tempo útil, ao conhecimento da tutela, as nossas preocupações.

O documento que agora apresenta a este plenário é de todo, justificável. O seu conteúdo não deixa de retratar, com fidelidade e clareza, o que realmente se passa



nas escolas e nos constrangimentos que provocou e ainda irá provocar, não se sabe até quando. _____

Contudo, parece-me um documento emanado de um sindicato ou estrutura representativa de classe e esse é para mim, um erro crasso. _____

Pelas razões invocadas, votei contra o documento apresentado.” _____

Ponto três: Assuntos diversos. _____

O Presidente iniciou este ponto dando conta da correspondência recebida e expedida desde o último Plenário. _____

A conselheira Margarida Fonseca distribuiu um documento sobre o crédito de horas na distribuição do serviço letivo para os elementos do Centro Para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) das Escolas de Lisboa e Vale do Tejo. De seguida, explicitou ao Plenário a situação fundamentada que em tempo útil foi apresentada ao Sr. Diretor Geral da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e mais tarde, ao Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. Ambos não deram ainda qualquer resposta, sendo que tal situação inviabiliza a existência de condições mínimas de funcionamento. _____

Por último, fez saber que caso o Conselho das Escolas ache pertinente, na próxima sessão voltaria a trazer o problema ao Conselho das Escolas para eventual tomada de posição. _____

O conselheiro Fernando Almeida apresentou uma síntese das atividades mais recentes desenvolvidas pelo Conselho Nacional da Educação no passado dia 22 de setembro, a saber: a sessão solene de abertura do ano letivo 2014/2015 que foi enriquecida com uma homenagem ao Professor Doutor Adriano Moreira e com a divulgação do Relatório Anual do Estado da Educação de 2013 e ainda, a aprovação da Recomendação sobre os Cursos Técnicos Superiores Profissionais e do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo Não Superior. _____

O Presidente questionou o conselheiro Fernando Almeida sobre qual era a posição do Conselho Nacional de Educação relativamente ao facto do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação ter tornado público que havia escolas secundárias que modificavam as notas dos alunos. O conselheiro Fernando Almeida fez saber que o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação esclareceu que assumia pessoalmente tais afirmações e que não as vinculava ao Conselho Nacional de Educação. _____

A conselheira Isabel Le Gué achou lamentáveis e infundadas as afirmações do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo também lamentado a oportunidade da cerimónia solene de abertura do ano letivo, face à grave situação em que se encontram tantas escolas. _____

A conselheira Anabela Grácio perguntou o que é que se estava a fazer no conjunto das escolas envolvidas no que concerne à notificação dos docentes colocados por via da Bolsa de Contratação de Escola e cuja colocação foi anulada. Levantou ainda outra questão - a quem compete fazer a comprovação dos dados dos candidatos colocados - aos diretores ou à Direção-Geral da Administração Escolar? _____

O conselheiro António Castel Branco apresentou um conjunto de evidências que na sua ótica caracterizam a ilegalidade de todo o processo relativo à Bolsa de Contratação de Escola, tendo como enquadramento o disposto nos números 1, 2 e 6 do artigo 40.º - Bolsa de contratação de escola do Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23



de maio que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. _____

A concluir, o Presidente informou o Plenário de que há colegas que estão a notificar os professores que ficaram com a colocação anulada sem assinarem qualquer despacho de anulação. Apenas redigem uma notificação, à qual juntam impressão da imagem do formulário da aplicação SIGHRE, capturada do ecrã do computador. No que concerne à verificação e comprovação dos dados dos candidatos colocados, é seu entendimento que só se deverá fazer a respetiva confirmação/infirmiação quando a Administração Escolar / Ministério da Educação e Ciência o exigir ou, independentemente de o exigir, depois de devolver às Escolas os dados necessários ao efeito. Neste momento, a única coisa que se pode conferir é o nome, a data de nascimento e a habilitação profissional. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente colocou à votação a minuta da ata da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Paulo Mateus Elias, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que a presidiu. _____

Fernando Paulo Mateus Elias

José Eduardo Lemos

